

*Periódico Técnico e Científico*

# **Cidades Verdes**

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

## **O processo contemporâneo da segregação racial urbana em uma capital da Amazônia Brasileira**

*The contemporary process of urban racial segregation in a capital of the Brazilian Amazon*

*El proceso contemporáneo de segregación racial urbana en una capital de la Amazonía Brasileña*

**Hanna Thamís Picanço Coutinho**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo, UNIFAP, Brasil  
hannathamis.13@gmail.com

**Jacy Soares Corrêa Neto**

Arquiteto e urbanista, Doutorando em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, UNICAMP, Brasil  
neto.scorrea@gmail.com

# Periódico Técnico e Científico

## Cidades Verdes

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

### RESUMO

A segregação é uma das principais problemáticas urbanas no Brasil. Esse fenômeno tem como característica a exclusão espacial de grupos sociais, dentre eles, a população negra, devido a fatores sócio-históricos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é compreender o processo contemporâneo de segregação urbana racial em uma cidade média amazônica. Para tanto, a metodologia utilizada englobou as características da segregação no Brasil e no objeto de estudo, a cidade de Macapá, localizada no Estado do Amapá, Amazônia brasileira. A pesquisa foi de natureza exploratória pelo procedimento de estudo de caso, com coleta de dados baseada em revisão da literatura, pesquisa histórica e pesquisa documental estatística. Do exposto, a análise dos dados se baseou na sistematização e evolução da noção de segregação racial urbana, suas causas e efeitos nas cidades, bem como na construção socioespacial desse fenômeno a partir de intervenções urbanísticas realizadas pelo Estado na contemporaneidade. Os resultados evidenciaram que a segregação racial no espaço urbano ocorre pela tendência de concentração da população negra em periferias, reafirmando a lógica centro-periferia. No caso de Macapá, as práticas urbanísticas estatais da década de 1940 promoveram a retirada de comunidades negras do bairro Central, área considerada mais nobre. A cartografia produzida evidenciou que população negra se distribui de forma difusa cidade, entretanto, com maior percentual de concentração em bairros e áreas periféricas. Diante disso, a relevância da compreensão da segregação racial urbana se justifica como alternativa à inclusão e promoção de políticas afirmativas étnico-raciais negras, no sentido de reduzir desigualdades urbano-raciais e promover o direito à cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segregação Urbana. Segregação Racial. Cidade Média. Macapá-AP.

### ABSTRACT

Segregation is one of the main urban problems in Brazil. This phenomenon is characterized by the spatial exclusion of social groups, among them black people, due to various socio-historical factors. In this context, the objective of this work is to understand the contemporary process of racial urban segregation in a medium-sized Amazonian city. Therefore, the methodology used included the characteristics of segregation in Brazil and the object of study, the city of Macapá, located in the State of Amapá, Brazilian Amazon. The research was exploratory in nature by the case study procedure, with data collection based on literature review, historical research and statistical documentary research. The data analysis was based on the systematization and evolution of the notion of urban racial segregation, its causes and effects in cities, as well as on the socio-spatial construction of this phenomenon from urban interventions carried out by the State in contemporary period. The results showed that racial segregation in urban spaces occurs due to the tendency of concentration of the black population in the periphery, reaffirming the center-periphery logic. In the case of Macapá, State urban practices in the 1940s led to the removal of black communities from the Central district, a noble area in the city. The cartography produced showed that the black population is distributed in a diffuse way in the city, however, with a higher percentage of concentration in peripheral neighborhoods. The relevance of understanding urban racial segregation is justified as an alternative to the inclusion and promotion of black ethnic-racial affirmative policies, in the sense of reducing urban-racial inequalities and promoting the right to the city.

**KEYWORDS:** Urban Segregation. Racial Segregation. Middle City. Macapá-AP.

### Resumen

La segregación es uno de los principales problemas urbanos de Brasil. Este fenómeno se caracteriza por la exclusión espacial de grupos sociales, entre ellos los negros, debido a diversos factores sociohistóricos. En este contexto, el objetivo de este trabajo es comprender el proceso contemporáneo de segregación racial urbana en una ciudad amazónica de tamaño medio. Por lo tanto, la metodología utilizada incluyó las características de la segregación en Brasil y el objeto de estudio, la ciudad de Macapá, ubicada en el Estado de Amapá, Amazonia brasileña. La investigación fue de naturaleza exploratoria por el procedimiento de estudio de caso, con recolección de datos basada en revisión de literatura, investigación histórica e investigación documental estadística. El análisis de datos se basó en la sistematización y evolución de la noción de segregación racial urbana, sus causas y efectos en las ciudades, así como en la construcción socioespacial de este fenómeno a partir de las intervenciones urbanas realizadas por el Estado en la contemporaneidad. Los resultados mostraron que la segregación racial en los espacios urbanos ocurre debido a la tendencia de la población negra a concentrarse en la periferia, reafirmando la lógica centro-periferia. En el caso de Macapá, las prácticas urbanísticas estatales de la década de 1940 promovieron la expulsión de las comunidades negras del distrito Central, zona considerada la más noble de la ciudad. La cartografía producida mostró que la población negra se distribuye de manera difusa en la ciudad, sin embargo, con un mayor porcentaje de concentración en barrios y zonas periféricas. Por lo tanto, se justifica la pertinencia de entender la segregación racial urbana como

# *Periódico Técnico e Científico*

## **Cidades Verdes**

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

*alternativas a la inclusión y promoción de políticas afirmativas étnico-raciales negras, en el sentido de reducir las desigualdades urbano-raciales y promover el derecho a la ciudad.*

**PALABRA CLAVE:** *Segregación Urbana. Segregación Racial. Ciudad Media. Macapá-AP.*

### **1 INTRODUÇÃO**

Diante da luta contra o racismo, o direito à cidade é um dos principais meios de romper o fenômeno da segregação nas práticas urbanísticas. Para tanto, a fim de compreender tais práticas faz-se necessário analisar historicamente práticas urbanísticas que acirraram desigualdades territoriais urbanas. Nesse contexto, entende-se que a segregação é um processo estrutural na construção territorial brasileira, fundamentados em motivações socioeconômicas, espaciais e étnico-raciais.

A segregação, em geral, expõe as diferenças de classes através do espaço urbano, tendo vertentes de forma mais compacta, como a segregação socioespacial e a segregação racial que está inserida nas cidades. Sendo um efeito que é observado em todas as cidades do Brasil, por conta das políticas urbanas modernistas que foram implementadas no território nos anos do governo do Presidente Getúlio Vargas (VILLAÇA 2001; PESSOA; VENERA, 2013).

Por sua vez, a segregação socioespacial aponta as vantagens que no eixo espacial que grupos tem sobre os outros por conta de seu poder aquisitivo, podendo usufruir de áreas bem estruturadas. Já a racial é uma construção histórica, em que as diferenças se perpetuam no tempo e no espaço, crescendo em paralelo com as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais, já que os negros são a base da pirâmide socioeconômica no Brasil (VASCONCELOS, 2004; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Como visto, a segregação se inicia com as desigualdades socioeconômicas e raciais e é exposta no meio espacial, onde as desigualdades passaram a se perpetuar através desse formato de construção do espaço urbano brasileiro. Dessa forma, a compreensão das causas da construção da segregação racial na cidade pode auxiliar na redução desse fenômeno em Macapá, onde entende-se que as populações com menor renda – as negras –, que moravam nas áreas vistas como nobres, foram retiradas desses locais e reassentadas para as áreas mais afastadas sem auxílios ou políticas públicas de saneamento básico para garantir melhorias em qualidade vida.

Essa configuração se perpetua até os dias atuais, onde observam-se os negros seguem sendo maioria nas áreas periféricas de Macapá. Nesse sentido, as questões que nortearam o desenvolvimento da pesquisa se relacionam a compreender: Como se dá o processo de segregação na cidade de Macapá? É possível perceber suas causas e efeitos no espaço urbano contemporâneo?

### **2 OBJETIVOS**

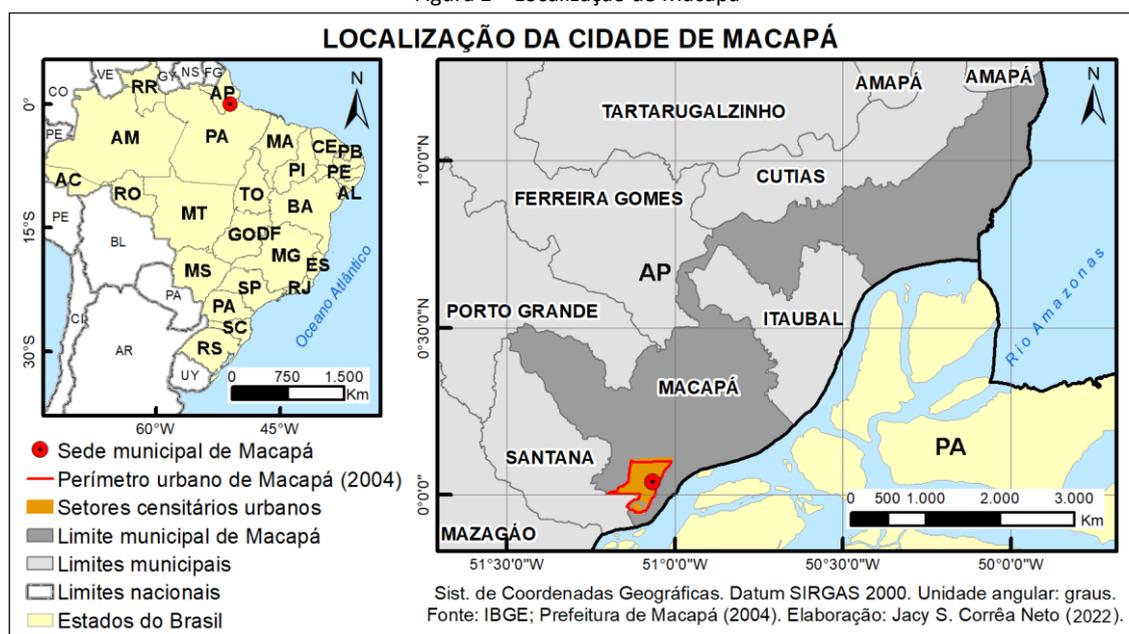
Esta pesquisa teve como principal objetivo compreender o processo contemporâneo de segregação urbana racial em uma cidade média amazônica. Como objetivos específicos buscou-se: (i) analisar historicamente as causas e efeitos desse tipo de segregação no Brasil, assim como (ii) identificar espacialmente a distribuição da população negra em uma cidade média.

### 3 METODOLOGIA/MÉTODO DE ANÁLISE

A pesquisa tem finalidade de pesquisa aplicada, de caráter exploratório, em que procedimento de pesquisa adotado foi o estudo de caso. A abordagem proposta é de natureza qualitativa e quantitativa.

O objeto de estudo foi a cidade de Macapá, a capital do Amapá, Estado que se situa no extremo norte da Região Norte do Brasil (figura 1). Macapá é uma cidade média, e é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como uma capital regional C (IBGE, 2020). Em termos populacionais e territoriais, possui cerca de 381.214 mil habitantes urbanos, com taxa de urbanização de 95,73% de acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2012).

Figura 1 – Localização de Macapá



Fonte: IBGE (2019) e Prefeitura de Macapá. Elaboração: Jacy S. Corrêa Neto, 2022.

Quanto à coleta de dados, a pesquisa se baseou na revisão de literatura sobre os principais temas investigados, buscando estabelecer os fundamentos teóricos e metodológicos. Em seguida, foi realizado um levantamento bibliográfico das pesquisas recentes que tratam da segregação na área específica do objeto de estudo. Por conseguinte, foi realizada pesquisa documental no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a fim de gerar dados demográficos acerca da população negra.

No que concerne à análise dos dados, a revisão da literatura teve como base apontar direcionamentos conceituais sobre o tema de segregação, particularmente, seus tipos, variações e características do fenômeno. Já o levantamento bibliográfico sobre Macapá, foi analisado no sentido de sistematização de principais práticas urbanísticas que contribuíram à segregação racial na cidade. Por fim, os dados demográficos permitiram a espacialização da distribuição dos negros na cidade de Macapá, a partir de dados percentuais de concentração por bairros.

#### **4 RESULTADOS**

##### **4.1 Segregação como objeto de pesquisa do espaço urbano**

Villaça (2001) delibera que a segregação é um processo que leva as pessoas de diferentes classes sociais a se afastarem espacialmente, cada vez mais habitando bairros com características diferentes. De modo similar, Oliveira (2008, p. 9) afirma que “a segregação é uma forma de exclusão social que contextualiza uma dimensão espacial”, exemplificando os casos dos Estados Unidos e da África do Sul, onde os negros eram obrigados a ocupar os últimos assentos dos ônibus e bondes, e tinham banheiros, bairros e escolas separados dos brancos. Esses fatos ocorreram até a década 1950, nos Estados Unidos, e até a década de 1990, na África do Sul.

No contexto brasileiro, a segregação foi instaurada como socioespacial, pois no Brasil observam-se as diferenças socioeconômicas e os seus reflexos no espaço urbano. Já a segregação racial não está tão presente nas discussões brasileiras, mesmo sendo um tema que se apresenta desde o século XIX, discutido ao serem introduzidas medidas socioeconômicas e políticas que privaram os negros ex-escravizados de se tornarem empreendedores, proprietários e protagonistas do espaço e do território brasileiro (VASCONCELOS, 2004; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Essas dissemelhanças são geradas pelas influências de processos espaciais e agentes sociais que se diferem de acordo com o lugar, dando a possibilidade de conceber divisões sociais e econômicas dessas zonas. Como exemplo desse processo, Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2018) apresentaram a diferença econômica no espaço urbano ao explicitar o padrão centro-periferia de distribuição da renda média familiar nos distritos de São Paulo. Na escala do município, o padrão centro-periferia se constitui de melhores possibilidades de acesso à infraestrutura urbana e social em áreas centrais, com diminuição dessa oferta à medida que se aproxima de distritos periféricos.

##### **4.2 Segregação socioespacial urbana**

A segregação socioespacial é evidenciada quando determinada parcela da sociedade possui mais vantagens espaciais e sociais em relação à outra. Na atual literatura sobre as questões urbanas brasileiras, é utilizada tal nomenclatura devido às grandes desigualdades socioeconômicas existentes e os seus efeitos nocivos no meio urbano (VASCONCELOS, 2004).

Esse processo se impõe a partir do momento que o espaço urbano é visto como produto do capitalismo. A segregação surge com elementos que constroem a separação da cidadania ligada ao capital, afastando e diferenciando quem não tem poder aquisitivo para estar inserido em áreas da cidade com infraestrutura, já que a urbanização brasileira se estrutura por meio das relações centrais que envolvem o capital financeiro (CARLOS, 2018).

Para Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2018, p. 8) é certo que “há um mosaico na cidade, com distintas formas e conteúdo sociais”, o espaço urbano é caracterizado pelas suas numerosas áreas sociais, cada área comportando pessoas com uma relativa semelhança interna. Em decorrência disso, é esperado que ocorra um crescimento da área urbana ocupada, porém, com maiores densidades populacionais nas periferias, pois são nesses lugares em que ocorrem os aumentos de ocupações urbanas (CORRÊA; PINTAUDI, 2018).



A população negra de todos os segmentos sociais, especialmente a de menor poder aquisitivo, vive constantemente os efeitos do racismo, das desigualdades e dos lugares reservados a elas. A segregação racial refletiu diretamente na produção de diversas cidades, onde os pobres e negros eram expulsos das áreas mais caras e começavam a construir habitações precárias nas periferias. Ao observar as áreas pobres, nota-se que os negros são a maioria, envolvendo a questão étnico racial, justificada pelos séculos que os negros foram escravizados e impedidos de se progredir social e economicamente (OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015; ANDRADE JÚNIOR; MOTA, 2019).

#### **4.4 Causas e efeitos da segregação racial na cidade brasileira**

O racismo estrutural é um sistema de opressão que transcende a formatação de instituições, levando também ao âmbito público e privado, sendo um estruturante de ações e relações da sociedade que é por ela naturalizado. A escravidão dos negros, no Brasil, é o maior contribuinte para a existência e perpetuação do poder a favor dos grupos dominantes, representados pelos brancos (CARNEIRO, 1996; BERSANI, 2018).

O preconceito racial no Brasil foi herdado do período colonial, mesmo com o processo de miscigenação, que também foi usado para clarear e higienizar a população do país. Para Carneiro (1996), o racismo contra os negros é um fruto dos tempos de escravidão, onde o homem branco era visto como padrão para inteligência, beleza e competência, portanto o negro sempre precisou esconder seus traços africanizados.

Sendo assim Almeida (2018, p. 27) ainda ressalta que “o racismo pode levar à segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em bairros [...] e/ou definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos [...] como são exemplos os regimes segregacionistas dos EUA, o Apartheid Sul-africano e [...] o atual sistema carcerário.”

Almeida (2018) pontua que o racismo é um resultado da construção social, portanto ele pode, e é, reproduzido em diversas áreas da sociedade, sendo de forma individual ou institucional, se expressando como desigualdades política, econômica e jurídica. Tanto o racismo individual como institucional são resultados do racismo estrutural, porque o racismo ainda é tido como regra e não exceção, afirmando que a estrutura social é constituída de vários conflitos, não apenas o racial, como os conflitos de classe, sexuais, etc. (ALMEIDA, 2018).

De forma a sintetizar, as motivações e as causas desse preconceito, Almeida (2018, p. 38) ainda disserta que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”.

Isso posto, a população negra se encontra à deriva de muitas formas de violência e o racismo estrutural se fortalece e segue como um elemento fundamental na exclusão dos negros do mercado de trabalho e do direito à cidadania. Portanto é imprescindível que seja entendido o teor estrutural do racismo, sabendo que a maior motivação para ele, é a configuração da sociedade, mas sem deixar de cobrar as tomadas de posturas e de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2018).

A história dos negros afro-brasileiros tem ligação direta com o tráfico negreiro. Depois

de muitas lutas e revoltas, a população negra começou a se mudar para outros lugares pela América Latina, mas, mesmo com essa pluralidade da população no continente, Oliveira e Oliveira (2015, p.3) ainda ressaltam que “a questão étnico e racial foi e é um tema invisível das reflexões e ações sobre espaço urbano, cidades e território, do final do século XIX e todo o percurso histórico do século XX”.

Após a assinatura da lei Áurea, não foram garantidos os direitos à cidadania aos negros. Não houve as premissas básicas para a passagem do escravo à cidadão, a população negra não teve acesso a habitação, educação, mercado de trabalho, rendimento e saúde, sendo resultado de uma lei criada para evitar que os ex-escravos tivessem bens, principalmente terras, sendo conhecida como Lei das Terras (IANNI, 2004; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei das Terras, entrou em vigor durante a época imperial no Brasil, durante o reinado do imperador Dom Pedro II. A lei tornou legal a divisão em latifúndios das áreas rurais, entrando em vigor após a proibição do tráfico negreiro. Com muitas restrições, as terras só poderiam ser adquiridas através do poder de compra, o que dificultou que negros e estrangeiros adquirissem bens (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Os negros eram proibidos de exercer trabalhos além da mão de obra, como cargos públicos, militares e religiosos, sendo então direcionados para profissões que eram degradantes para os brancos. E por consequência dessa situação, ainda estão inseridos a margem da sociedade, marginalizados e segregados, devido à grande herança deixada desde a época colonial (CARNEIRO, 1996; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

No período de 1890 a 1930, houve um crescimento populacional com a imigração que teve início para que a modernização fosse instaurada no Brasil, substituindo os trabalhadores nacionais negros por imigrantes brancos. Inseridos nas áreas mais desenvolvidas, como São Paulo e Rio de Janeiro (OLIVEIRA; OLIVEIRA., 2015).

Esse projeto de modernização no Brasil influenciou o embranquecimento. No início do século XX os detentores do poder optaram por dar início a política de limpeza urbana em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, que além da substituição de negros nos pedaços das cidades habitados por eles, também procuraram embranquecer a população através da miscigenação, para excluir o “elemento” negro da sociedade. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Em São Paulo a maioria da população negra morava em bairros populares, dividindo cortiços e porões com os imigrantes. Os imigrantes foram empregados nas funções da cidade em desenvolvimento, deixando para os negros o trabalho braçal mal remunerado e informal (OLIVEIRA, 2008).

#### **4.5 O lugar do negro na cidade brasileira**

Em um panorama socioespacial, de acordo com os dados do IBGE (2010), o negro brasileiro é maioria em lugares onde a estrutura não é favorável ou saudável para viver, os números do censo de 2010 apontam que a população do Brasil era de 191 milhões de pessoas, dentre elas 47,7% autodeclaradas brancas, 7,6% autodeclaradas pretas, 43,1% autodeclaradas pardas, 1,1% autodeclaradas amarelas e 0,4% autodeclaradas indígenas.

Pardo é um termo que se remete ao indivíduo miscigenado de origem preta ou indígena

com qualquer outra cor ou raça e o IBGE utiliza a somatória de pretos e pardos para totalizar a população negra. Os dados da amostra contínua da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012 a 2019 indicaram que até 2019 os negros representavam 56,2% (46,8% autodeclarados pardos e 9,4% autodeclarados pretos) da população brasileira, já os brancos 46,8% e os amarelos e indígena, juntos, 1,1%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se que o Brasil está distante de ser uma democracia racial, já que os brancos têm os maiores salários, são os menos atingidos pelo desemprego e, são a maioria a frequentar o sistema educacional formal no país. Já a população negra tem esses índices socioeconômicos mais baixos, em termos de salários, e maior taxa de desocupação e analfabetismo. Brancos têm rendimento médio de trabalho de R\$2814,00 (Dois mil oitocentos e quatorze reais), os pardos têm o rendimento de R\$1606 (Mil seiscientos e seis reais), já os pretos possuem um valor médio de rendimento de apenas R\$1570 (Mil quinhentos e setenta reais). Na taxa de desocupação observa-se que 9,5% dos brancos estão desocupados, já os pardos têm 14,5% e os pretos são 13,6%. Em relação a educação, a taxa de analfabetismos dos brancos é de 4,2% enquanto de negros (pretos e pardos) soma 9,9% (GOMES; MARLI, 2018).

É possível identificar que o Estado também promove a segregação nas cidades brasileiras, que em sua maioria afeta a população negra, equivalente a 38,1 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. Isso porque, a urbanização brasileira tem uma forte ligação com a pobreza, tanto que a luta pelo direito à cidade é reflexo do processo de urbanização que excluiu os grupos menos favorecidos. Essa forma de produzir o espaço fortalece outros tipos de preconceitos contra essa minoria (em termos de direitos assegurados), pois dificulta o acesso ao sistema educacional e ao mercado de trabalho (SANTOS, 2009; IBGE, 2019).

Conclui-se que os dados apresentados são significativos e expõem toda a desigualdade racial que ainda existe no Brasil e que tem grande crescimento a cada ano. Em todo o país, os negros convivem diariamente com o genocídio da sua população, principalmente os mais pobres que vivem nas áreas periféricas. Essa violência é tão bruta que, além de matar, tira os seus direitos, os impedindo de vivenciar a cidade de forma livre e segura.

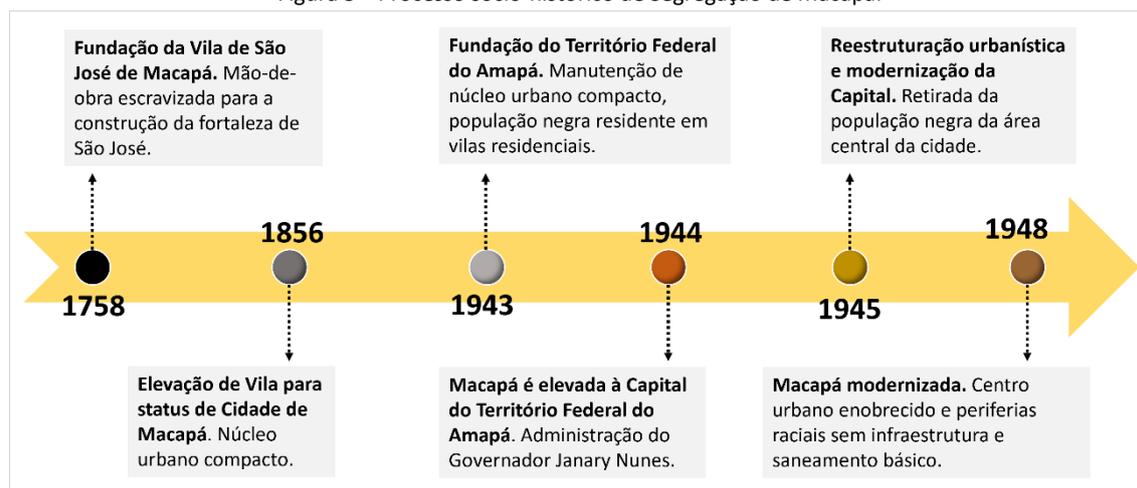
#### **4.6 O processo de segregação racial na cidade de Macapá/AP**

Macapá surgiu a partir do processo de militarização e proteção do território da localidade, que era parte da Província do Grão Pará e Maranhão, com o início da construção da Fortaleza de São José de Macapá (1740). Foi elevada à categoria de Vila no ano de 1758, com o nome de São José de Macapá (Figura 3), e tornou-se cidade em 1856, com o nome de Macapá. Em 1943 o território foi desvinculado do Estado do Pará e passou a ser Território Federal do Amapá e em 1944 Macapá passou a ser a capital do Território, com a vinda de um novo governador para implantar as novas políticas modernizadoras (IBGE, 2017).

Acerca da urbanização de Macapá, no período colonial escravista as primeiras vilas que se estabeleceram na cidade foram compostas por africanos que foram transportados da Guiné Portuguesa e de outras regiões do Brasil – como de famílias provenientes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão – para a construção da Fortaleza de São José de Macapá. Devido

a essa ocupação, a população começou a se estabelecer e disseminar uma cultura plural nas áreas que ocupavam, a partir de manifestações culturais predominantemente africanas, como o candomblé, o batuque, a capoeira e o Marabaixo – dança cultural símbolo da cultura afro-amapaense (PESSOA; VENERA, 2013).

Figura 3 – Processo sócio-histórico de Segregação de Macapá.



Fonte: Lobato (2013). Elaborado pelos autores, 2022.

Até o período do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945) essa configuração de cidade não teve mudanças estruturais significativas. Isso posto, a partir desse período foram implementadas políticas de modernização e reestruturação em diversas as cidades brasileiras. Em Macapá, essa intervenção tinha como objetivo retirar os negros dos espaços que cercavam a Fortaleza de São José, reassentando-os para lugares mais distantes e não habitados (PESSOA; VENERA, 2013).

O Estado buscava um modelo desenvolvimento urbano que implantasse os costumes europeus e excluísse as diversidades culturais dos negros e indígenas. As estratégias de intervenção se baseavam em ideias e vertentes do patriotismo, visando o lucro a partir da exploração das riquezas da região e alterações nos modos de vida e construtivos da cidade, baseadas no ideário da modernidade. Em função disso, os negros que moravam nas vilas – as quais possuíam características mais pobres, com casas de madeira e terrenos pequenos para ocupar, estabelecidas nas áreas vistas como nobres – foram excluídos desses espaços e passaram a ocupar lugares distantes (PESSOA; VENERA, 2013; PESSOA; VENERA, 2015).

A população negra que morava na área central da cidade foi obrigada a ir para áreas sem nenhuma estrutura sanitária. Isso porque não tinham condições financeiras de construir casas em alvenaria, que era o material construtivo que se adequava ao plano urbanístico moderno, dentro do núcleo político-social, do novo governo (LOBATO, 2013).

Foi no governo de Janary Nunes, em 1944, que se iniciou a política de expansão urbana com o enobrecimento do centro da cidade. Os negros que moravam no centro, aos arredores da Fortaleza de São José e onde se encontra a Praça do Barão do Rio Branco, foram reassentados para o bairro do Laguinho e para a Favela, atualmente bairro Santa Rita, marcando a década de

# *Periódico Técnico e Científico*

## **Cidades Verdes**

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

1940 (PESSOA; VENERA, 2013; PESSOA; VENERA, 2015; ANDRADE JUNIOR; MOTA, 2017).

O reassentamento dos negros pelas políticas urbanas de modernização deram lugar a uma nova Macapá (figura 4), de centro enobrecido, com construções e projeto urbanístico que seguia o modelo de outras cidades brasileiras. Assim, é explícito o processo de exclusão espacial que permeia a construção do espaço urbano da cidade de Macapá, utilizando-se do monumento da Fortaleza de São José, para o transformar em um objeto de exclusão territorial (PESSOA; VENERA, 2013; ANDRADE JUNIOR; MOTA, 2017).

Figura 4 – Vista aérea de Macapá em 1948



Fonte: Lobato (2013, p. 38).

As ações de planejamento urbano e práticas urbanísticas modernizadoras propostas por Janary Nunes foram implementadas à luz de racionalidades modernas. A cidade ganhou nova estrutura urbana com ruas e avenidas largas, espaços públicos amplos, edifícios institucionais grandiosos com caráter econômico e funcional e a diversidade arquitetônica das fachadas das edificações (TOSTES; WEISER, 2018).

As práticas urbanísticas previstas por Janary, se fundamentaram em levantamentos técnicos da realidade de Macapá. O Relatório de Atividades do Governo do Território do Amapá, produto destes levantamentos destacava as necessidades de mudanças e implementações na capital, enfatizando aspectos sociais, econômicos e culturais, os problemas de infraestrutura geral e meios de comunicação. Sendo assim, a cidade foi planejada com novas instituições administrativas e residências para os trabalhadores localizadas no centro da cidade. Estas intervenções se adaptaram ao desenho ortogonal já existente do período colonial, com ruas paralelas ao Rio Amazonas (TOSTES; WEISER, 2018).

Figura 5 – Cartografia da cidade de Macapá na década de 1940



Fonte: Costa (2015, p. 64)

Nesse contexto, segundo Pessoa e Venera (2013) esses patrimônios históricos carregam consigo a história e cultura da sociedade que um dia os rodeou, guardando suas características e as trajetórias de um povo. No caso de Macapá, a Fortaleza de São José de Macapá e os seus arredores transportam no tempo a formação da identidade afro-amapaense e os fenômenos sociais pelos quais passaram e que formaram suas lutas de resistência e sobrevivência na cidade, sendo ela palco de tensões culturais e, principalmente socioespaciais.

Dessa forma, os conflitos segregacionistas em Macapá se concentraram no bairro Central e seu entorno. Na década de 1940, a população negra foi retirada das vilas que residia e foi reassentada para áreas distantes (considerando a escala territorial da cidade para aquele período). Isso porque, as práticas urbanísticas previstas nas políticas de modernização da capital, não incluíam negros, a exemplo de muitas cidades brasileiras, que passaram por processos similares de segregação racial em seus territórios.

#### 4.7 O lugar dos negros na contemporaneidade de Macapá

As questões sociais estão atreladas as raciais e são identificáveis no meio urbano e em como ele se organiza no Brasil. É possível observar uma maioria de pessoas brancas habitando as áreas mais nobres das cidades do país e a população negra cada vez mais presente nas zonas periféricas (ANDRADE JUNIOR; MOTA, 2017).

Segundo a última pesquisa do IBGE em 2010, 72,94% da população da cidade de Macapá era negra, ocupando a terceira colocação de capital com a maior taxa de população negra. Os negros, principalmente os autodeclarados pardos, seguem sendo a maioria da população a ocupar o espaço urbano amapaense e estão inseridos em todas as áreas da cidade, em bairros centrais e periféricos da capital (IBGE, 2010; PESSOA; VENERA, 2013; MARIANI et al., 2015).

Nessa conjuntura, cabe destacar que os bairros mais distantes do centro da cidade são

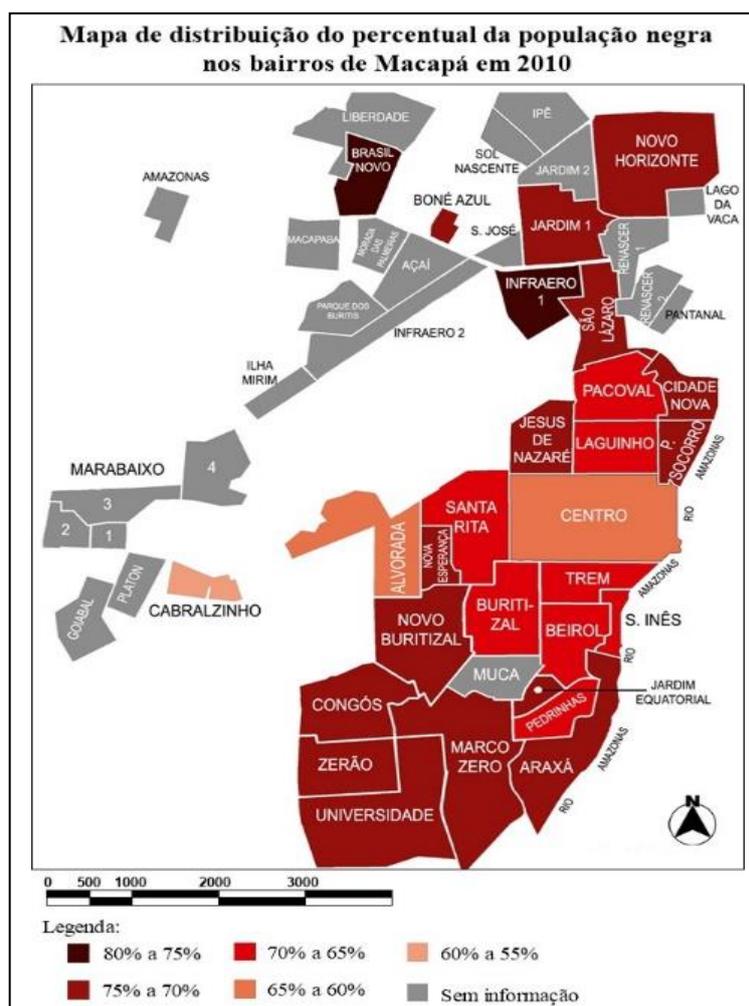
# Periódico Técnico e Científico

## Cidades Verdes

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

os que acomodam mais moradores negros, enquanto o número de moradores brancos é menor. Na figura 6 é possível observar a distribuição espacial da população negra na cidade, segundo o último Censo Demográfico os bairros que mais comportam pessoas negras são o Brasil Novo, com 77,42%, e o Infraero, com 76,06. E os que menos acomodam são o Cabralzinho (59,19%), o Centro (62,62%), o Trem (62,07%) e o Alvorada (63,81%). À medida que os bairros ficam mais distantes do bairro Central, a porcentagem de população negra é crescente e de pessoas brancas é decrescente (IBGE, 2010).

Figura 6 - Mapa de distribuição do percentual da população negra nos bairros de Macapá em 2010



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Hanna T. P. Coutinho, 2021.

A partir dessas informações é possível observar que, apesar de Macapá ser a capital com menor número de segregação racial, os moradores negros, em sua maioria, ocupam as áreas mais desfavorecidas da cidade. Já a população branca está concentrada em grande maioria no bairro do Centro e bairros adjacentes.

Por conseguinte, observa-se que a população amapaense é majoritariamente negra, sendo a menos segregada racialmente (estatisticamente) do país, como afirma Mariani et al. (2015). Ainda que compartilhe esse status quo, é importante salientar que, para a possível melhoria deste número, é necessário que existam projetos e políticas públicas que contribuam

# Periódico Técnico e Científico

## Cidades Verdes

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

com a igualdade territorial, cooperando com o desenvolvimento social equitativo étnico-racial através do acesso à cultura, educação e lazer, vinculados ao direito à cidade.

### 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o processo contemporâneo de segregação urbana racial em uma cidade média amazônica. Na abordagem da segregação racial no espaço urbano brasileiro, é possível notar padrões de segregação nas cidades brasileiras, que se repetem em distintas escalas de cidades, desde metrópoles a cidades médias. Como visto, na segregação urbana racial há maior tendência de concentração de locais de residência de negros em áreas menos favorecidas da cidade, isso é reflexo das desigualdades estruturais oriundas do racismo, o qual repercute não apenas como um fenômeno social, mas também territorial.

Em Macapá a segregação urbana das pessoas negras se iniciou com a retirada das famílias das margens do Rio Amazonas, zona que era vista como área nobre, reassentando-as em áreas distantes, sendo obrigados a ocupar bairros mais afastados do bairro Central. O Laguinho, bairro conhecido como gênese Negra de Macapá, se figura como um espaço de resistência e empoderamento cultural da comunidade negra, mesmo que esteja no eixo do bairro central da cidade onde há uma presença maior da população negra. Na contemporaneidade, a população negra se distribui de forma difusa pela capital, contudo, é a que tem maior concentração em bairros periféricos, reafirmando o padrão centro-periferia.

Portanto, a importância do resgate histórico racial das práticas urbanísticas se mostra como necessário para a discussão de direitos urbanos. A compreensão da formação histórica e das causas fatos urbanos raciais, se exhibe como um instrumento para estimular a formulação de alternativas políticas inclusivas e igualitárias, que propiciem a afirmação do negro na sociedade e na construção dos espaços coletivos das cidades.

### 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Letramento, 2018.

ANDRADE JUNIOR, Jacks de Melo; MOTA, Juliana Barros da. **Segregação social e racial: reflexões e discussões sobre o espaço urbano brasileiro e de Macapá-AP.** XVII ENANPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1633>>. Acesso em: 21 ago.2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico.** A cidade contemporânea: segregação espacial. p. 95-109. Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi (org.). 1. ed., 2ª reimpressão, Editora Contexto, São Paulo, 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil: Mito e realidade.** História em movimento. Editora ática, 3ª edição, São Paulo, São Paulo, 1996.

COSTA, Natalia Alexandre. **Espaços negros na cidade do pós-abolição.** São Carlos, umestudo de caso. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-0408201514351/publico/NATALIADISSEERTACAOFINAL.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2021.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. **As cores da desigualdade.** Revista Retratos: A revista do IBGE. Rio de Janeiro, n. 11, 2018. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2021.

# Periódico Técnico e Científico

## Cidades Verdes

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>> Acesso em: 10 mai 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/historico>> Acesso em: 26 mai 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 10 mai 2022.

LIMA, Wanda Maria da Silva Ferreira. **Ciclo do Marabaixo**: permanências e inovações de uma festa cultural. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1822/1/Wanda%20Maria%20da%20Silva%20Ferreira%20Lima.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2021.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1994-1964). São Paulo, SP, 2013, 239 f. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, USP. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102013-131130/pt-br.php>>. Acesso em: 25 maio 2021.

MARIANI, Daniel; RONCOLATO, Murilo; TONGLET, Ariel; DUCROQUET, Simon. **Mapa revela segregação racial no Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregacao-no-pais>>. Acesso em: 17 maio 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo José. **Segregação Urbana e Racial na Cidade de São Paulo**: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3922>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo José; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. **Origens da segregação racial no Brasil**. Les Cahiers ALHIM. Las transformation de l'espace urbain em Amérique Latine (1870-1930) : discours et pratiques de pouvoir, Université Paris 8, Paris, França, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/alhim/5191>>. Acesso em: 03 de mar. 2020.

PEDRO, Juliana Monteiro; COSTA, Célia Souza da; CALEIRO, Manuel Munhoz. **Patrimônio Cultural do Brasil**: resistência e (re)existência afro do Marabaixo (Amapá/Brasil). Revista Direitos Culturais, v. 15, n. 36, p. 131-166, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.20912/rdc.v15i36.21>>. Acesso em: 20 maio 2021.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. **Igualdade Racial em São Paulo**: Avanços e Desafios. São Paulo: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo, 2015. Disponível em: [https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/2017\\_sp\\_diverso\\_igualdade\\_racial\\_em\\_sao\\_paulo.pdf](https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/2017_sp_diverso_igualdade_racial_em_sao_paulo.pdf). Acesso em: 18 abril 2021.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés**: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia / Edmar Ferreira Santos. - Salvador: EDUFBA, 2009. 209 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/179>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

TINEU, Rogerio; BORGES, Christina Maria de Marchiori. **Desigualdade e segregação socioespacial da população negra na cidade de São Paulo**. Revista Belas Artes, n. 22, 2016. Disponível em: <<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/22/desigualdade-e-segregacao-socioespacial-da-populacao-negra-na-cidade-de-sao-paulo.pdf>>. Acesso em: 18 abril 2021.

TOSTES, José A., WEISER, Alice A. **Macapá**: a cidade modernista do período janarista de 1943 1955. Revista Amazônia, Palmas, v. 1, n. 2, p. 34-53, out-mar 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/5155>>. Acesso em 28 maio 2021.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração**. Revista Cidades. v.1, n. 2, 2004, 259-274. Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2004. Disponível em:

*Periódico Técnico e Científico*

## **Cidades Verdes**

ISSN eletrônico 2317-8604, volume 10, número 27, 2022

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/478/508#:~:text=Na%20tese%20de%20doutoramento%20em,142>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana MariaPintaudi. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. p. 7-15. Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi (org.). 1. ed., 2ª reimpressão, Editora Contexto, São Paulo, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=04Lmnl2ESVMC&printsec=copyright&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 14 abril 2021.